



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

EVANDRO RAPOSO SOUSA

**O ENSINO DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: o
caso dos alunos com necessidades especiais visuais em Campina
Grande - PB**

CAMPINA GRANDE - PB

2016

EVANDRO RAPOSO SOUSA

O ENSINO DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: o caso dos alunos com necessidades especiais visuais em Campina Grande – PB.

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de monografia apresentado ao Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado (a) em Geografia.

CAMPINA GRANDE – PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725e Sousa, Evandro Raposo

O ensino de geografia e a educação especial/inclusiva [manuscrito]: o caso dos alunos com necessidades especiais visuais em Campina Grande - PB / Evandro Raposo Sousa. - 2016.

46 p.: il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.

"Orientação: Profa. Ma. Juliana Nóbrega de Almeida, Departamento de Geografia".

1. Educação especial. 2. Educação inclusiva. 3. Ensino de geografia.
4. Baixa visão. I. Título.

21. ed. CDD 372.891

EVANDRO RAPOSO SOUSA

**O ENSINO DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: O
CASO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS VISUAIS EM
CAMPINA GRANDE - PB**

**Trabalho de Conclusão de Curso em forma
de monografia apresentado ao Curso de
Geografia da Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciado (a) em
Geografia.**

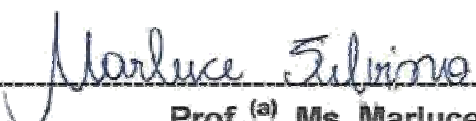
Orientadora: Prof.^a. (Ms.) Juliana Nóbrega de Almeida

Aprovado (a) em: 06/05/2016.


BANCA EXAMINADORA



Prof. ^(a). Ms. Juliana Nóbrega de Almeida
(Orientadora)



Prof. ^(a). Ms. Marluce Silvano
(Examinadora)



Prof. ^(a). Ms. Marília Maria Quirino
(Examinadora)

DEDICATÓRIA

À minha esposa e ao meu filho pelo
companheirismo e pelas palavras de
incentivo,

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

No itinerário, o qual fora percorrido para ser concretizada essa pesquisa, muitas foram as pessoas que somaram para a sua realização.

Ainda que alguns nomes não foram citados, desejo publicar minha gratidão a todos os envolvidos que de forma direta ou indiretamente, me auxiliaram grandemente nessa caminhada.

Agradeço em especial ao nosso Pai Celestial.

Em seguida, agradeço, à minha esposa, Maria da Conceição Barbosa de Oliveira, que sempre me impulsionou, quando não encontrava motivação para continuar a jornada.

Agradeço, aos professores e funcionários da Escola Estadual Senador Argemiro de Figueiredo, pela valorosa contribuição ao se prontificarem com tanta boa vontade em responder aos questionários.

Agradeço também, a todos do Instituto dos Cegos de Campina Grande – PB, pela acolhida no período das entrevistas e visitas *in loco*.

E finalizo, agradecendo a todos com quem aprendi durante minha estadia na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), enquanto cursava minha graduação em Licenciatura Plena em Geografia, especialmente a professora Juliana Nóbrega, que através de sua experiência científica me orientou com maestria.

EPIGRAFE

“Se os meus olhos não deixam obter informações sobre homens e eventos, sobre ideias e doutrinas, terei de encontrar uma forma” (Louis Braille).

EVANDRO RAPOSO SOUSA

O ENSINO DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: o caso dos alunos com necessidades especiais visuais em Campina Grande – PB (Monografia) curso de Geografia, DG/UEPB, 2016

RESUMO

Entre os muitos problemas enfrentados pela educação formal Brasileira nos dias atuais destaca-se a questão da inclusão escolar. É nesse momento que muitos profissionais atuantes no âmbito educacional buscam por soluções práticas para tal problemática. Nessa perspectiva, esse trabalho surge com a necessidade de trazer para o cenário da Educação Geográfica essa discussão, especialmente o caso dos alunos que possuem necessidades visuais ou baixa visão. A investigação buscou conhecer se realmente ocorre a tão almejada inclusão escolar nas instituições de ensino regular e como tais discentes estão sendo letrados geograficamente. A metodologia escolhida para realização dessa pesquisa, tem como norteamentos buscar no processo histórico da educação especial/inclusiva, respostas objetivas através de investigações calcadas em documentos e referenciais teóricos pertinentes ao assunto, e por meios de entrevistas realizadas com profissionais envolvidos com essa temática a partir de vivências sucedidas na escola Estadual Senador Argemiro de Figueiredo localizado na avenida Dr. Elpídio de Almeida 25 – no bairro do Catolé e no Instituto dos Cegos situado na rua Pedro Leal no bairro da Estação Velha, ambos pertencentes a cidade de Campina Grande PB, sendo esta uma pesquisa qualitativa. Buscou-se esclarecer como e quais artifícios didáticos e pedagógicos o professor de Geografia tem como base para efetuação do processo ensino/aprendizagem. Nem sempre este profissional dispõe de infraestrutura adequada e nem de materiais didáticos voltados ao ensino de Geografia para esse tipo de clientela, outro problema detectado está na formação docente, pois são poucos os treinamentos especializados que eles dispõem para melhorar sua prática docente. Faz-se necessário dar vez e voz aos docentes que trabalham para transformar a educação num instrumento verdadeiramente inclusivo e emancipatório, para os múltiplos sujeitos, atendendo também aos alunos que possuem necessidades especiais, como é o caso dos que possuem deficiência visual, para se ter uma melhoria não só o ensino de Geografia, mas junto a todas as disciplinas, por meio da efetivação das Políticas Educacionais, tornando o aluno com necessidades especiais um cidadão e capaz de pensar e agir em todas as suas esferas espaciais da sociedade.

Palavras-chave: Educação Especial/Inclusiva; Ensino de Geografia; Necessidades Especiais Visuais; Baixa Visão.

ABSTRACT

THE GEOGRAPHY TEACHING AND SPECIAL / inclusive education: the case of students with special visual needs in Campina Grande-PB

SUMMARY

Among the many problems faced by the Brazilian formal education nowadays there is the issue of school inclusion. This is where many professionals working in the educational field are looking for practical solutions to such problems. In this perspective, this work comes with the need to bring to the scene of Geographic Education this discussion, especially the case of students who have visual or low vision needs. The investigation sought to know if it really occurs so longed for school inclusion in regular educational institutions and as such students are being educated geographically. The methodology chosen for this survey, is itinerary seek in the historical process of special education / inclusive objective responses through sidewalks investigations on documents and theoretical references relevant to the subject, and interviews means with professionals involved with this theme starting from experiences successful in State Senator Figueiredo Argemiro school located in Dr. Elpidio de Almeida avenue 25 - in the neighborhood of the Catolé and the Institute of the Blind situated at Pedro Leal in the neighborhood of Old Station, both from the city of Campina Grande PB, which is a qualitative research. He attempted to clarify how and what teaching and learning devices Teacher of Geography is based for effectuation of the teaching / learning process. Not always this professional has the appropriate infrastructure, and no teaching materials aimed at teaching geography for this type of clientele, another problem detected is in teacher training, because there are few specialized training they have to improve their teaching practice. It is necessary to give time and voice to teachers who work to transform education in a truly inclusive instrument and emancipatory, for multiple subjects, given also to students who have special needs, such as those who are blind, to have an improvement not only in the teaching of geography, but beside all disciplines, through the adoption of educational policies, making the student with special needs citizen and able to think and act in all its spatial spheres of society.

Keywords: Special Education / Inclusive; Geography Teaching; Special Visual needs; Low vision

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Texto de livro didático de Geografia impresso em Braille	32
FIGURA 02 – Mapa Mundi feito com cola, papel madeira e barbante	33
FIGURA 03 – Globo terrestre em alto relevo	34
FIGURA 04 – Representação das zonas climáticas em alto relevo	34
FIGURA 05 – Rosa dos Ventos em alto relevo	35
FIGURA 06 – Mapa do Brasil em alto relevo	36

LISTA DE SIGLAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	13
2 – A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: o caso do deficiente visual e o ensino da Geografia em Campina Grande - PB	16
2.1 – A disciplina geográfica, o letramento do aluno desprovido da visão, e o sonho da inclusão	16
2.2 – A Relação da Deficiência Visual e o ensino de Geografia, uma breve explanação	18
3 – O ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESFERA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: uma análise na Escola Senador Argemiro de Figueiredo em Campina Grande – PB	23
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
5 – REFERÊNCIAS	40
6 – APÊNDICES	42

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a educação é um direito público para todo e qualquer cidadão independentemente de credo, raça, gênero, classe social, assegurada na Lei de Diretrizes e Bases LDB – Lei nº 9.394 assinalada no dia 20 de dezembro do ano de 1996. Direito esse que independentemente de diferentes pontos de vista, qualquer indivíduo pode exigir juntamente ao órgão competente, quando não ofertada ou não atendidos conforme os princípios estabelecidos pela Lei que garante o direito a todo cidadão o acesso à Educação Básica¹.

Observa-se no âmbito de concretização do que foi estabelecido nas Políticas Educacionais, um distanciamento do que está anunciado na lei, ou seja, ocorre uma lacuna entre teoria e prática, principalmente quando se refere a educação especial/inclusiva.

Essa complexidade mostra-se mais relevante quando a questão é a formação docente, focada especialmente para atender aos alunos que se enquadram no padrão classificado comum, oferecendo uma capacitação e formação reduzida para o docente desempenhar com segurança e qualidade o ofício de ensinar Geografia ao aluno especial, nesse caso o que possui necessidades visuais.

Por conseguinte, a educação especial/inclusiva ao ser vista em forma de Lei, colocou em movimento uma discussão que se faz presente nos dias atuais, trata-se do conflito escola regular x escola inclusiva, isso também ocorre em Campina Grande-PB.

Dessa forma, as instituições de ensino almejam nesse começo do século XXI, em como solucionar suas limitações relacionadas com uma parcela de indivíduos que, a cada dia, está mais cômico da sua presença em se tratando da sociedade e que por consequência, tem em mãos direitos e deveres garantidos pela constituição revogada no ano de 1988.

Por outro lado, está em evidência a inclusão dos alunos que necessitam de acompanhamento especial no que se refere ao ensino

¹ Indepe de classe social, viver no campo ou na cidade, possuir necessidades especiais ou não.

aprendizagem em classes de alunos ditos “normais”, para isso, é obvio que a educação seja compatível com essa realidade.

Nesse viés, é indispensável repensar a formação inicial dos professores, para que possam enfrentar tais desafios com segurança e eficiência: nesse panorama, coloca-se a questão da formação dos habilitados em Geografia para assistir ao aluno com necessidades especiais visuais ou de baixa visão.

Dentre os possíveis questionamentos provocados pela temática, destaca-se uma pergunta especial: entende-se o saber geográfico, em grande parte, como sendo até certo modo de assimilação complexa, então como estimular o processo de ensino e aprendizagem para os alunos com deficiência visual por meios de metodologias adequadas que proporcionem de forma mais objetiva a compreensão da ciência geográfica e melhorias se tratando da vivência desses discentes nas escolas regulares?

Nota-se que as instituições de ensino, responsáveis pela habilitação do profissional docente dificilmente arcam com algum tipo de preparação e especialização, no que diz respeito a mencionada modalidade de educação. Em especial, voltada para auxiliar o professor, na difícil tarefa que é lecionar Geografia para alunos com necessidades especiais visuais e de baixa visão.

Nesse enfoque, esta pesquisa é resultado de questionamentos sobre a temática da Geografia e a Educação Inclusiva, uma vez que traz à tona essa problemática atual e que se mostra como um problema que está para além dos muros da escola, sendo este um problema social e educacional, tarefa essa que está posta para o professor de Geografia, sobretudo para construir um letramento geográfico junto ao estudante cego ou de baixa visão.

Dessa forma, a composição dessa pesquisa mostra-se calcada no seguinte aspecto metodológico: Executou-se uma pesquisa de tipologia qualitativa, junto a revisão bibliográfica no que se refere a literatura pertinente, procurando transparecer a educação especial/inclusiva. Esse caminho guiou o itinerário histórico da temática para atingir seus objetivos, que seriam analisar em especial o ensino de Geografia relacionado ao aluno desprovido do sentido sensorial visual nas escolas: Senador Argemiro de Figueiredo e no Instituto dos Cegos em Campina Grande – PB, buscando conhecer também o nível dos

profissionais da Geografia dessas instituições, contextualizando o processo de ensino aprendizagem do aluno com necessidades especiais visuais.

Na tentativa de trazer à tona respostas concretas sobre o supracitado tema, foram realizadas visitas *in loco*, como também foram aplicados no mês de julho de 2015 três questionários como meios práticos metodológicos com perguntas centradas na problemática em pauta, voltadas em especial aos gestores e docentes habilitados em Geografia que atuam no âmbito educacional regular na Escola Estadual Senador Argemiro de Figueiredo – Polivalente, localizado na avenida Dr. Elpídio de Almeida 25 no bairro do Catolé em Campina Grande – PB, como também com profissionais que prestam a mesma modalidade de ofício na instituição de ensino de caráter especial Instituto dos Cegos de Campina Grande – PB, situada na rua Pedro Leal no bairro da Estação Velha da mesma cidade.

2 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: o caso do indivíduo com necessidades especiais visuais e o ensino de Geografia em Campina Grande - PB

2.1 A disciplina geográfica, o letramento do aluno desprovido da visão, e o sonho da inclusão

Algumas reflexões são pertinentes sobre inclusão escolar: Por que esta temática está em destaque no âmbito educacional no início do século XXI? Porque debate-se tanto a respeito da educação especial/inclusiva, somente agora nos últimos 30 anos ela ganha campo de investigações nas universidades?

Sabe-se que determinados setores da sociedade englobando as instituições educacionais de ensino, tende a um caráter excludente não só a respeito aos indivíduos com necessidades especiais incluindo o deficiente visual ou de baixa visão, mas como também aos que pertencem a grupos minoritários, os desprovidos de bens materiais, os de orientação sexual distinta, por diferenças étnicas ou religiosas, entre outras variáveis. A reflexão feita por Machado (1997, p.70) responde de forma objetiva, tais questionamentos “(...) A exclusão escolar não incide sobre o deficiente apenas, mas sobre vários segmentos da população, destacando-se as parcelas mais pobres, as minorias linguísticas étnicas e culturais (...)”

Diante dessa realidade, faz-se necessário que todas as instituições de ensino brasileiras sejam elas públicas ou privadas se mostrem posicionadas com firmeza no tocante ao ato da inclusão, e assim erradicar com todas as formas de marginalização relacionadas as diferenças.

É nesse contexto que esse trabalho surge com a necessidade de obter respostas concretas que mostrem também que esforços estão sendo colocados em prática no que diz respeito a tão almejada inclusão escolar relacionada em especial ao aluno com necessidades especiais visuais no ensino público de caráter regular na cidade de Campina Grande – PB. Haja visto que na teoria tais procedimentos são defendidos com afinco por lei como no caso da terceira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), publicada em 1996, como

também as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/SEB nº 02/01). Então observa-se que:

ART. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades;

II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para Superdotados;

III – Professores com especialização adequada em nível Médio ou Superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns;

É importante esclarecer que a terceira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) publicada em 1996 foi influenciada pela declaração de Salamanca, advento esse que teve como sede Salamanca na Espanha no período que corresponde entre 7 à 10 de junho do ano de 1994, que mesmo apesar de não haver consenso quanto a participação do Brasil na Conferência mundial sobre necessidades educacionais especiais, tal evento foi de fundamental importância no tocante ao fortalecimento das políticas de gestão educacional inclusiva no Brasil.

A declaração de Salamanca tem como principal meta a concretização das ações de governantes, como também das organizações não governamentais incluindo outras modalidades de instituições na efetivação de práticas, diretrizes, e políticas focalizadas na educação especial inclusiva. Este valioso documento refletiu e ainda reflete de forma significativa no tocante as mudanças e conceitos sobre a educação inclusiva, como efeito a assimilação da função social exercida pela escola pública no campo educacional brasileiro (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1996).

Como foi exposto anteriormente, é sabido que tanto a LDB (Lei nº 9.394 datada de 1996) como também as diretrizes nacionais para educação especial na educação básica (Resolução CNE/SEB nº 02/01), incorporaram os princípios e norteamentos da declaração de Salamanca. Seque o exposto:

Art. 7º - O atendimento com alunos com necessidades especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação básica.

Art. 8º - As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I – Professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;

II – Distribuição dos alunos com necessidades Educacionais especiais pelas várias classes do ano Escolar em que foram classificados de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os Alunos, dentro do princípio de educar para a Diversidade;

III – Flexibilizações e adaptações curriculares que Considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos metodológicos de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência Obrigatória; (RESOLUÇÃO CNE/SEB N. 02/01).

Porém faz-se necessário, uma abordagem analítica no tocante aos pressupostos teóricos relativos à inclusão escolar, propostos pela supracitada declaração e absorvidos por ambas as leis brasileiras, e dessa forma trazer à tona se tais mandamentos estão realmente sendo colocados em prática nas instituições de ensino brasileiras.

Apoiando-se nessa narrativa e focando em primeira mão ao ensino da ciência geográfica relacionada com a educação especial/inclusiva, ciente de que esta modalidade educacional é tida como um conceito bastante complexo, o foco desse trabalho delimita-se em especialmente ao ato de ensino/aprendizagem da matéria geográfica relacionando a figura do docente com o aluno com necessidades especiais visuais, como também se essa inclusão bravamente defendida por lei é realmente concretizada nas instituições de ensino regular pertencentes à cidade de Campina Grande - PB, no caso a Escola Estadual Senador Argemiro de Figueiredo, conhecida popularmente como Colégio Polivalente.

2.2 A relação da deficiência visual e o ensino de Geografia: uma breve explanação

No conjunto das circunstâncias relacionadas a preocupações em letrar geograficamente alunos com deficiência visual ou de baixa visão, uma problemática se impõe: É sabido que na maioria dos casos os recursos didáticos pedagógicos usados para lecionar Geografia nas Instituições de

Ensino regular são de caráter visual, isto é, focados *à priori*, para atender o aluno que não possuem algum tipo de deficiência, em se tratando ao direcionamento ensino-aprendizagem do aluno cego, tais recursos poderia perder sua eficácia logicamente, porque tais discentes desprovidos do sentido sensorial visual não assimilaria por completo determinados conceitos geográficos aplicados com alguns materiais didáticos que explorem em especial o campo de percepção visual do aluno como, por exemplo, imagens fotográficas de paisagens, desenhos de mapas, figuras, entre outros recursos.

Com outras palavras, as primeiras atenções focadas a essa circunstância foram dadas a partir do momento em que se pensou sobre a urgência de oferecer opções metodológicas e recursos didáticos e pedagógicos para lecionar Geografia em nível Fundamental ou Médio que não colocassem em primeiro plano o sentido da visão para o aluno com necessidade especial visual, tais recursos obrigatoriamente deveriam trazer à tona formas de comunicação/linguagens adaptadas a realidade do aluno cego ou de baixa visão, de modo que possa propiciar-lhes experiências como também práticas pedagógicas que se mostrem efetivas além de atraentes.

Nessa possibilidade, o processo construtivista iluminado pelas teorias psico pedagógicas foi escolhido como o que melhor se enquadra ao método de ensino e aprendizagem desses alunos, uma vez que para o sujeito com deficiência visual equilibrar seu déficit, é obrigatório seu envolvimento no processo educacional, sintetizando a disposição de cada indivíduo. Nesse contexto Vigostky defende que:

Diferentemente de muitos pesquisadores anteriores que estudam a criança, deficiente, Vigostski concentrou sua atenção nas habilidades que tais crianças possuíam, habilidades estas que poderiam formar a base para o desenvolvimento de suas capacidades integras interessava-se mais por suas forças do que por suas deficiências (...) (VYGOSTKY, 1998, p.34).

Dessa maneira, no decorrer do ato do letramento geográfico direcionado ao aluno desprovido da visão, certos materiais didáticos especializados principalmente aqueles de caráter táteis e auditivos como exemplo, os mapas com legendas em alto relevo, maquetes representando um determinado espaço geográfico, e os aparelhos voltados ao sentido sensorial

auditivo entre outros, exercem importante contribuição, nessa relação de ensino e aprendizagem entre o docente e o aluno com necessidades especiais visuais, pois são eles os agentes simplificadores do pensamento geográfico que cada professor pretende construir com essa modalidade de alunado.

Com relação à ação do letramento da Geografia para o aluno desprovido de sensoramento visual, a utilização dos recursos didáticos especiais torna-se crucial; levando em consideração que não é qualquer material de apoio que será apropriado para tal feito, sendo assim, cabe ao educador usar de sensibilidade e captar cada particularidade dessas pessoas desprovidas da comunicação visual e a partir daí investir em mecanismos que explorem outros tipos de sensoriamentos sejam eles sonoros ou táteis.

Com relevância no Brasil, Vasconcelos (1993) foi desbravadora nas teorias relacionadas à Geografia e deficiência visual contribuindo-se bastante daquilo que se tem acesso hoje sobre recursos didáticos a sua pesquisa de doutorado. Dessa forma é importante salientar a observação que se segue:

As representações gráficas são apreendidas essencialmente pela visão, mas também podem ser percebidas pelo tato, desde que construídas com este objetivo. O deficiente visual depende do sentido tátil para formar conceitos espaciais, entender informações geográficas e criar internamente imagens do ambiente. Para isso, o processo de transformação dos dados geográficos em mapas e diagramas precisa ser adaptado a um produto final específico, através de uma linguagem tátil, preferivelmente combinada a visual (VASCONCELOS, 1993 p. 49-50).

Nesse contexto, apoiando-se na hipótese de que sendo estes supraditos recursos didáticos indispensáveis no tocante ao método de produção de saberes pertinentes à Geografia, destacando aqui os recursos didáticos apoiados na Cartografia adaptada, isto é, apresentada em versão em alto relevo ou tátil, o letramento geográfico direcionado ao aluno com necessidades especiais visuais, pode surtir resultados satisfatórios no tocante à assimilação de saberes geográficos relacionados ao indivíduo desprovido da percepção visual, já que tais recursos e métodos explorarão em especial um dos principais sentidos sensoriais desse tipo de alunado, o sentido sensorial tátil.

Almeida, (2007, p. 120) corrobora com essa ideia quando afirma que:

As pessoas com deficiência visual prescindem de um meio de comunicação que, adequado ao tato, ajudam na organização das imagens espaciais internas. Diagramas, gráficos e mapas de qualquer natureza, possibilitam o conhecimento do espaço geográfico à compreensão do mundo que vivemos. Por essa razão, é preciso adaptar as representações gráficas para que possam ser percebidas pelo tato, dando para as pessoas com deficiência visual oportunidades semelhantes às aquelas que podem ver.

Observado por esse ângulo, o ofício de ensinar Geografia para alunos com necessidades especiais visuais, torna-se bem menos complexo tendo como material de suporte artefatos pertinentes à ciência cartográfica, em especial aqueles voltados ao sentido sensorial relacionados ao tato, sentido este que é bastante explorado pelos indivíduos desprovidos da percepção visual.

Porém esses serviços de significativa aceitação nas atuais discussões sobre o ato de lecionar Geografia têm se chocado com certos obstáculos, tal como é explicitado por Venturini e Freitas:

Infelizmente, no Brasil, a Cartografia tátil, ainda é uma área pouco explorada e por isso pouco conhecida. Por falta de orientação e bibliografia especializada, muitos profissionais que atuam na área da educação especial, desconhecem a importância da Cartografia tátil na integração do portador de deficiência visual a sociedade (...) (VENTURINI & FREITAS, 2002, p.09).

À tona desses posicionamentos, emerge a seguinte indagação: será possível preservar a quimera da inclusão do indivíduo com alguma necessidade especial em uma sociedade incapaz de resolver até mesmo os problemas inerentes ao que diz respeito à inclusão dos indivíduos tidos como normais?

Mesmo com a lentidão percebida no tocante ao ato de resolver as diversas problemáticas envolvidas com a educação especial e a inclusão escolar por parte dos setores competentes que regem nossa sociedade e em especial o sistema educativo, cabe a todos os agentes transformadores da sociedade e em especial os que atuam no âmbito educacional sejam eles gestores, professores, pais, alunos e a própria comunidade se mobilizarem em prol dessa causa, almejando melhorias para efetuação desse tão sonhado ato.

No intuito de subsidiar com um sistema de ensino e aprendizagem que se revele menos excludente e, portanto, mais eficaz, na etapa seguinte desse trabalho serão apresentados os resultados colhidos através de análises realizadas nas instituições de ensino citadas nas páginas iniciais desta pesquisa.

3 O ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESFERA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: uma análise na Escola Senador Argemiro de Figueiredo em Campina Grande - PB

Como construir os conceitos geográficos para o aluno com necessidades especiais visuais, sabendo que esta ciência se apresenta por muitas vezes de compreensão difícil, haja vista que em alguns casos faz-se necessário uso de recursos visuais para entender com mais clareza quando o assunto é conceitos básicos, como por exemplo: conceitos espaciais, paisagísticos, conceito de lugar e a própria Cartografia básica que tem como principal característica a percepção visual além do próprio livro didático oferecidos na escola pública regular que são voltados apenas para o aluno provido dos sentidos visuais.

A partir desse exposto, essa pesquisa surge do interesse de compreender quais ações e meios didáticos pedagógicos estão sendo colocados em prática para auxiliar o professor na complexa tarefa de lecionar Geografia para o aluno com necessidades especiais visuais nas instituições de ensino públicas de caráter regular.

Para entender a atual conjunção da educação especial e inclusiva, voltada ao aluno desprovido do sentido visual ou de baixa visão, foram elaborados três questionários (apêndices) onde o questionário (I) dispõe de dez questões abordando a educação especial/inclusiva, destinadas a obtenção de respostas dos professores de Geografia que atuam na escola Estadual Senador Argemiro de Figueiredo.

Já o questionário (II) dispõe de nove questões também pertinentes ao assunto abordado nessa supracitada pesquisa, que por sua vez tem como alvo o ponto de vista dos gestores e outros profissionais que prestam seus serviços também na escola regular no caso a Escola Estadual Argemiro de Figueiredo.

O questionário (III) por sua vez, conta com nove questões relacionadas à mesma temática abordada e investe nas respostas dos profissionais que trabalham na instituição de caráter especial precisamente no Instituto dos Cegos de Campina Grande.

Entre as questões do questionário (I) podem ser observadas informações básicas e ideias gerais tais como, identificação do entrevistado,

idade, sexo e formação acadêmica, lembrando que nos três questionários elaborados, ressalta-se que será preservada a identificação do entrevistado e que suas participações no ato de responder a tais questões são de caráter voluntário.

No total foram aplicados cinco questionários sendo que três foram respondidos por pessoas do sexo feminino e dois respondidos por pessoas do sexo masculino. No tocante a faixa etária dos entrevistados varia entre trinta e dois a cinquenta anos, foram respondidas também questões pertinentes ao nível de escolaridade dos entrevistados, como resultado observou-se o seguinte: Dos três professores que responderam aos questionários todos são formados em licenciatura em Geografia.

Quando indagados se participam de algum tipo de formação continuada relativa à educação especial/inclusiva todos os professores entrevistados foram unânimes em suas respostas, ou seja, nenhum executa esse tipo de atividade pertinente a essa modalidade educacional.

Na sequência buscou-se trazer à tona algumas questões voltadas à educação especial/inclusiva (aspectos práticos e teóricos) enfatizando principalmente o ensino de Geografia para o aluno com necessidades especiais visuais. Entre tais questões procurou-se saber se esses docentes utilizam algum tipo de material didático especializado e quais são os mais usados ao alfabetizar geograficamente o discente dessa modalidade educacional mencionada na sala de aula regular. Os resultados foram os seguintes: No primeiro questionário aplicado, a resposta foi positiva, e entre os materiais supraditos ressaltou-se os mapas em alto relevo, (cartografia tátil) recursos sonoros, textos em braile, xerox ampliada.

Já no segundo questionário a resposta a tal questão também foi de caráter positivo sendo que os materiais escolhidos foram as maquetes, os textos em braile, Xerox ampliada acrescentando também os trabalhos de campo entre outros recursos. Ainda no questionário (I), ao serem indagados sobre a eficiência desses mencionados recursos no tocante ao ensino/aprendizagem de certas temáticas relacionadas à educação geográfica para esse tipo de aluno (cego e de baixa visão) as respostas foram:

“Sim, meus alunos deficientes visuais conseguem compreender os conteúdos de geografia” (Questionário 01). Professora A

“Na medida do possível são eficazes, mas infelizmente ainda são muito limitados” (Questionário 02) Professora B

“Sim, quando é necessário”. (Questionário 03). Professora C

Na sexta questão desse mesmo questionário tem como pergunta a seguinte: Acha importante a inserção do aluno especial na escola regular? Justifique. Os resultados foram:

“Sim, porém falta capacitação para todos os atores envolvidos na comunidade escolar” (Questionário 01). Professora A

“Sim, porque o conhecimento os ajuda a enfrentarem a vida socialmente” (Questionário 02). Professora B

“Sim, mas é necessário oferecer melhores recursos” (Questionário 03). Professora C

Seguindo a sequência de perguntas elaboradas no questionário (I) a sétima questão indaga sobre: Quais dificuldades encontradas ao ensinar Geografia ao aluno com necessidades especiais visuais? Seguem as respostas:

“Falta de recursos como livros em braile e uma impressora de braile, o que nos torna dependentes do instituto dos cegos” (Questionário 01). Professora A

“Falta de concentração por parte do aluno durante as explicações orais, pois eles são muitos inquietos, impacientes talvez por causa da deficiência” (Questionário 02). Professora B

“A falta de recursos adequado para realizar um melhor trabalho” (Questionário 03). Professora C

Quando se pergunta na oitava questão: Como tais alunos são avaliados? As respostas foram as seguintes:

“Através de exercícios em braile, provas em braile e provas orais”. (Questionário 01) Professora A

“Na maioria das vezes oralmente, e na parte escrita das respostas eles escrevem com o auxílio do reglete” (Questionário 02) Professora B

“Avaliação através de provas orais, e pesquisas” (Questionário 03)
Professora C

Na sequência, a nona questão do mesmo questionário (I), aflora com essa pergunta: Quais metodologias são usadas ao lecionar Geografia para esse aluno específico? Uma das entrevistadas não respondeu, as demais destacaram que:

“Normalmente fazemos o levantamento do conhecimento prévio dos alunos dependendo do conteúdo geográfico abordado fazemos atividades de campo e explicações com eles manuseando material concreto” (Questionário 02). Professora A

“Xerox ampliada, textos em braile” (Questionário 03). Professora C

A décima e última questão do questionário (I) destinado aos docentes de Geografia surgem indagando sobre o comportamento do aluno com necessidades especiais visuais, isto é, se ocorre um relacionamento afável dessa modalidade de discente com os alunos tidos como normais na sala de aula da escola regular, segue-se a pergunta: Os alunos com necessidades especiais visuais sentem-se bem (confortável) ao interagir com outros alunos tidos como normais na sala de aula regular? Os resultados colhidos foram:

“Sim no caso dos meus alunos encontram-se integrados e são bem aceitos pelos colegas” (Questionário 01). Professora A

“No nosso caso temos alunos adolescentes deficientes visuais que interagem muito bem com todos os alunos da escola” (Questionário 02). Professora B

“Às vezes” (Questionário 03). Professora C

Partindo para o questionário (II) este que teve como objetivos gerais, a coleta de informações básicas pertinentes ao acolhimento do aluno especial na Escola Estadual Senador Argemiro de Figueiredo, se realmente ocorre tal inclusão, qual o número de alunos com necessidades educacionais especiais que estão matriculados regularmente na instituição pesquisada, além de procurar saber se a instituição de ensino a ser pesquisada dispõe de um

Projeto Político Pedagógico, (PPP) e se a educação especial/inclusiva está incluída nos Parâmetros Curriculares propostos no supracitado projeto.

Na segunda parte do mesmo questionário, objetivou-se em primeira mão investigar o que os profissionais que atuam nos salas específicas voltadas ao atendimento de alunos especiais da mesma instituição pensam a respeito da educação especial/inclusiva, identificando as carências, os desafios, como também as conquistas relacionadas ao acolhimento dos discentes com necessidades educacionais especiais na escola pública de caráter regular, incluindo entre tais o aluno desprovido de sua capacidade sensorial visual.

No questionário (II) apenas um profissional docente se disponibilizou a responder as nove questões propostas sobre a educação especial/inclusiva e seus aspectos práticos e teóricos.

Já na primeira parte do mesmo questionário inicia-se com uma questão de assinalar onde o entrevistado teria que escolher entre os parênteses com os itens SIM e NÃO, cuja pergunta indagava se na escola pública onde foi realizada a pesquisa existe na realidade a inclusão do aluno com necessidades especiais e em principal o aluno com necessidade especial visual, a opção escolhida foi o item SIM.

Quando se perguntou quantos alunos com necessidades educacionais especiais encontram-se matriculados nessa instituição de caráter regular incluindo o aluno com necessidade especial visual o resultado foi o seguinte:

“Nos três turnos estão matriculados 43 alunos com necessidades especiais entre eles 18 são deficientes visuais” (Questionário II).

Nas duas questões que se seguem, buscou transparecer se na instituição de ensino de caráter regular investigada existe um Projeto Político Pedagógico (PPP), e se a educação especial/inclusiva é destacada em seus Parâmetros Curriculares. Obteve-se como resposta apenas que SIM.

Na quinta questão aborda-se sobre quais desafios essa instituição educacional pública enfrenta ao lidar com esse determinado público, o resultado segue:

“Na realidade os desafios são muitos, lutamos e queremos inclusão, mas as práticas do dia-a-dia são desafiadoras, por não haver na

maioria das vezes profissionais capacitados para receber o aluno com necessidades especiais, e com relação ao deficiente visual, era para ter livros adaptados em braile e a escola também não é acessível, dificultando assim muitos desafios.” (Questionário II).

A questão que segue precisamente a sexta do mesmo questionário em evidência, aborda sobre as conquistas da instituição. No que se refere à Educação Especial/Inclusiva o resultado alcançado foi o seguinte:

“A cada dia lutamos pelas conquistas sobre Educação Especial/Inclusiva. E sabemos que mesmo com muitos desafios, já houve grandes avanços no tocante ao ato da inclusão dessas pessoas na escola regular e na sociedade, no trabalho etc. E vamos continuar lutando por mais conquistas por que todos são capazes e têm direitos. Só basta os governantes investirem mais e as pessoas acreditarem” (Questionário II)

Em seguida procura-se saber se a Escola Senador Argemiro de Figueiredo acolhe alunos especiais, incluindo os indivíduos que não contam com os sentidos sensoriais visuais de outras localidades, abaixo segue o resultado:

“Sim: Há alguns alunos que moram em outras cidades e estuda aqui, por ser uma escola que tem maior número de deficientes visuais (cego total) e de baixa visão e por ter também o acolhimento no horário oposto do Instituto dos Cegos” (Questionário II).

Na oitava questão busca-se saber como é organizado o currículo da escola e como resposta teve-se:

“Ele é baseado nas normas da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba e nos livros escolhidos pela equipe docente (professores)” (Questionário II).

Por fim, a nona e última questão do questionário (II) procura saber do profissional questionado como o aluno dessa modalidade educativa é avaliado nessa instituição, o resultado colhido segue abaixo:

“O aluno é avaliado de forma normal, até por não haver professores que não dominam o braile, a forma de avaliação é feita na maioria das vezes oral, participativa como também nas respostas em braile porque tem uma professora no instituto dos cegos que transcreve o braile para escrita formal e repassa as respostas para os professores,

e também as provas ampliadas para os alunos de baixa visão (lupa) ”
(Questionário II)

O próximo questionário (III) foi elaborado nove questões que buscavam informações básicas no que se refere à teoria e prática envolvidas com a complexidade da inclusão escolar e da educação especial sobre a ótica de profissionais que atuam na instituição de caráter especial Instituto dos Cegos de Campina Grande, onde apenas foram coletadas respostas de um professor, ressaltando que essa pessoa que respondeu ao questionário também é habilitada em licenciatura plena em Geografia.

Sendo assim, logo na primeira parte, surge uma questão de assinalar com duas opções entre SIM e NÃO onde pergunta-se se existe o acolhimento dos alunos com necessidades especiais visuais que frequentam o Instituto dos Cegos na Escola Estadual Senador Argemiro de Figueiredo, a opção escolhida foi SIM.

Quando foi indagado quantos alunos estão matriculados regularmente na mencionada escola pública, descobriu-se que existe 18 alunos com necessidades especiais visuais matriculados oficialmente e que frequentam a sala de aula regular naquela escola.

Nas próximas questões buscam informações pertinentes a faixa etária e o sexo dos alunos com necessidades especiais visuais que são acolhidos no Polivalente como é popularmente conhecida a Escola Senador Argemiro de Figueiredo, como resultado obteve-se que a idade dos alunos citados varia entre dez e dezessete anos, sendo nove do sexo feminino e nove do sexo masculino.

Na quinta questão do questionário (III) procurou-se saber há quanto tempo que existe esse vínculo da escola especial, no caso o Instituto dos Cegos com a escola pública supradita anteriormente, com resultado obteve-se que este convívio entre as, duas instituições existem desde o ano de 2009.

Em seguida, a sexta questão do mesmo questionário, busca saber qual o ponto de vista do entrevistado no tocante a importância dessa aproximação da escola pública regular com a instituição especial relacionada ao ato da inclusão do aluno com necessidade especial visual na sala de aula da escola regular, a resposta segue abaixo:

“Com certeza, sem o trabalho em conjunto os alunos não terão bons resultados, pois é realizado nessa instituição um reforço escolar” (Questionário III).

A sétima questão do mesmo questionário busca saber se no Instituto dos Cegos conta com o serviço de algum profissional que tenha como formação licenciatura plena em Geografia e qual seu ponto de vista sobre o aproveitamento dos conceitos geográficos pelos alunos com necessidades especiais visuais na sala de aula da escola pública de caráter regular, foi colhido como resultado, que trabalham nesse mesmo instituto dois profissionais habilitados em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), ressaltando que o próprio entrevistado é licenciado em Geografia e que o outro profissional que não encontrava-se presente no momento da entrevista é desprovido dos sentidos sensoriais visuais. Com relação a resposta para a questão obteve-se:

“Sim, na escola regular o aluno deveria participar mais da aula, dando a sua própria opinião do que foi assimilado no conteúdo explicado. Que muitas vezes ele passa batido, sem expor as suas próprias ideias, quando na verdade eles são capazes de assimilar” (Questionário III).

Na questão que se segue precisamente a oitava, indaga sobre a opinião do entrevistado sobre a importância da utilização dos recursos didáticos especiais pelo professor ao lecionar Geografia para aluno desprovido dos sentidos visuais na sala de aula regular, a resposta obtida foi:

“Muito importante, na maioria das vezes o aluno não tem noção de como está representado como exemplo, um lugar no papel, e o material em alto relevo vai ajudar muito na compreensão por parte do aluno, com relação ao professor esse deveria usar todo o material não óptico para facilitar o aprendizado” (Questionário III)

A última questão do questionário (III), procurou saber do entrevistado sobre sua opinião no que se refere a importância da formação continuada em educação especial, investindo com a seguinte pergunta: Você acha fundamental a formação continuada em educação especial para o professor de Geografia que irá atuar com esta modalidade de aluno inserido na escola regular? O resultado da indagação foi:

“Sim, pois através desta formação continuada poderemos adquirir mais e mais conhecimentos que poderão ser colocados em prática” (Questionário III).

Com todos os depoimentos colhidos nos questionários aplicados nas instituições de ensino de caráter regular Escola Estadual Senador Argemiro de Figueiredo conhecida popularmente como Polivalente, e no Instituto dos Cegos de Campina Grande – PB, instituição essa, que é voltada principalmente para o atendimento do aluno com necessidades especiais visuais, percebe-se que muito ainda precisa ser feito para que o discente desprovido do sentido sensorial visual possa realmente ser acolhido em sua plenitude nos espaços públicos escolares do país, principalmente no sentido de qualidade como também se referindo à quantidade.

Infelizmente, problemas como a falta de materiais específicos para trabalhar com um pouco mais de eficiência ao lecionar Geografia para esse alunado na escola regular é uma constante. É válido ressaltar que nas visitas feitas na escola pública investigada notou-se que a mesma se torna dependente do Instituto dos Cegos no que se refere ao fornecimento de algum material de apoio didático especial quando o professor precisa para fixar conceitos geográficos que necessitam de tais materiais, além da falta de alocação de recursos financeiros por parte dos poderes públicos fazem com que a tão almejada inclusão não se desenvolva por completa no mundo da prática.

A partir das respostas dos docentes entrevistados pode-se perceber que entre os principais problemas ao lidar com essa temática, que é lecionar Geografia para alunos com necessidades especiais visuais ressalta-se a falta de recursos didáticos especiais e metodológicos mais eficazes no processo de ensino/aprendizagem desses discentes.

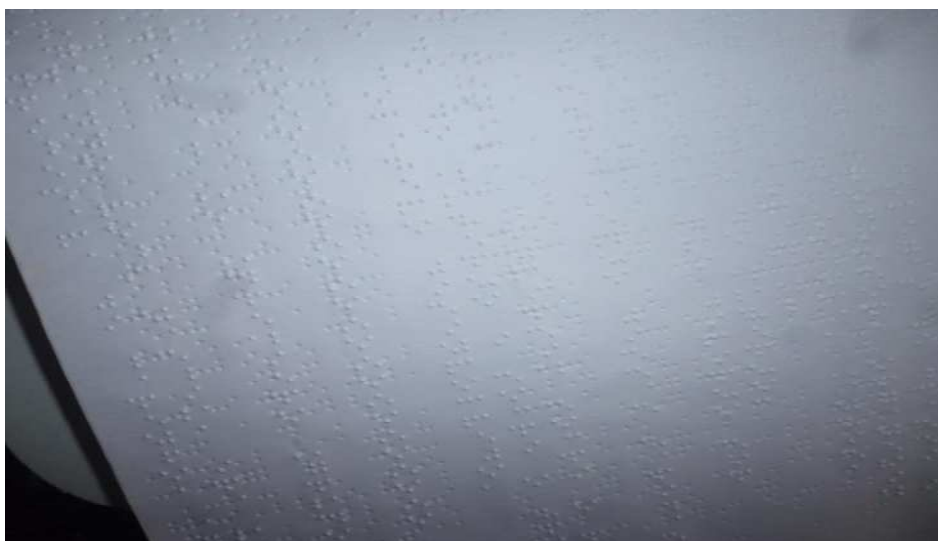
Somando também com o despreparo dos profissionais da educação, onde tal defasagem começa na própria formação docente, visto que é quase inexistente disciplinas voltadas à essa modalidade educacional no plano de curso das licenciaturas fornecidas pelas universidades, incluindo o curso de licenciatura plena em Geografia. E tal fato pode refletir na exclusão do aluno com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas regular, e como consequência o enclausuramento desses indivíduos em ambientes

segregados como as escolas especiais onde, na teoria estas pessoas serão mais bem preparadas para atuar socialmente.

Na busca de maiores esclarecimentos no tocante à temática em pauta nessa pesquisa, e no intuito de melhor compreender estes tão requisitados materiais de suporte pedagógicos didáticos especiais voltados em primeira mão ao letramento geográfico do aluno desprovido da visão, e recomendados por todos os profissionais que foram entrevistados, no decorrer do mês de julho de 2015, foram realizadas visitas *in loco* na instituição de caráter especial Instituto dos Cegos de Campina Grande- PB, onde foram colhidos resultados de certo modo satisfatórios, no que diz respeito aos tais materiais voltados ao ensino de alguns conceitos geográficos para o aluno com necessidades especiais visuais.

Entre tais materiais didáticos especiais destacam-se os livros de Geografia com textos impressos em braile (figura 01) e alguns de caráter cartográficos como um atlas geográfico mundial confeccionado em papel madeira cola e barbante feitos em parceria com alunos da Universidade Federal de Campina Grande funcionários e alunos do próprio Instituto dos Cegos ver (figura 02). Além de representações de mapas continentais, regionais, políticos entre outros (figura 06). Materiais estes que faz parte de doações de um outro Instituto de Cegos brasileiro precisamente, o Instituto Benjamim Constant localizado no Rio de Janeiro.

FIGURA 01 - Texto de livro didático de geografia impresso em braile



FONTE: Pesquisa de campo no Instituto dos Cegos, Campina Grande – PB (2015).

Embora, que alguns materiais didáticos citados anteriormente tenham sido escolhidos pelos professores entrevistados como mais práticos e eficientes, como os textos em xerox ampliada utilizado a priori na alfabetização de alunos de baixa visão incluindo também os textos em braile, (figura 01) observou-se que todos os docentes defendem que se faz necessário na medida do possível o uso dos variados recursos metodológicos especiais, ao lecionar determinados conceitos geográficos para o aluno com necessidade especial visual, como exemplo; os mapas em relevo, maquetes, recursos sonoros e trabalhos de campo.

FIGURA 02 – Mapa Mundial feito com cola, papel madeira e barbante



FONTE: Pesquisa de campo no Instituto dos Cegos, Campina Grande – PB (2015).

Observou-se que entre os materiais especiais utilizados no ofício de lecionar Geografia para essa modalidade de ensino, explora-se bastante os de caráter sensorial tátil como o globo terrestre em alto relevo (figura 03).

FIGURA 03 - Globo terrestre em alto relevo



FONTE: Pesquisa de campo no Instituto dos Cegos, Campina Grande – PB (2015).

Além dos mapas de caráter cartográficos citados a cima, constatou-se também outros materiais não ópticos eficientes na medida do possível no ato de ensinar conceitos fundamentais em si tratando da disciplina geográfica como a representação das zonas térmicas terrestres numa superfície plana com alto relevo (figura 04).

FIGURA 04- representação das zonas climáticas em alto relevo

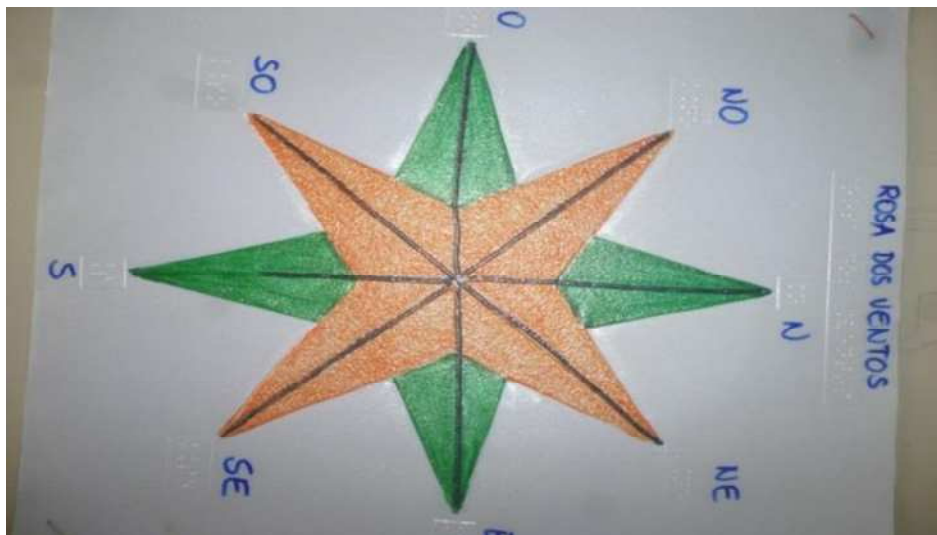


FONTE: Pesquisa de campo no Instituto dos Cegos, Campina Grande – PB (2015).

Outro material didático especial que deve ser considerado por fazer parte de um dos conceitos fundamentais do saber geográfico é uma representação da Rosa dos Ventos feita num plano e em alto relevo, essencial

para explicações geográficas nas aulas de cartografia básica e localização para o aluno desprovido do sentido visual (figura 05)

FIGURA 05 – Rosa dos ventos em alto relevo



FONTE: Pesquisa de campo no Instituto dos Cegos, Campina Grande – PB (2015).

Esta vivência *in loco* ocorrida no Instituto dos Cegos de Campina Grande foi relevante no tocante à realização dessa pesquisa, visto que, foi adquirido mais conhecimentos sobre esta complexa temática que é ensinar Geografia ao aluno com necessidades especiais visuais como também a educação especial/inclusiva.

Foi considerável também se tratando do aprendizado no que concerne aos recursos humanos e materiais didáticos especiais pedagógicos melhores aproveitados na não tão fácil tarefa de ensinar Geografia aos discentes desprovidos de sentidos visuais. É válido ressaltar também que a partir do momento que se entrou em contato direto com tais recursos e materiais especiais notou-se que não são tão complexos no que diz respeito ao ato de produzi-los, como também não são utilizadas matérias primas de difícil acesso para construção dos mesmos ou de valor monetário considerável.

Então cabe aos atores envolvidos nessa conjuntura sejam eles professores, gestores, técnicos, profissionais especialistas além daqueles que fazem parte dos órgãos competentes relativos às questões educacionais como também a própria sociedade buscarem parcerias entre a própria escola pública as instituições especiais as universidades e com isso trocarem experiências,

produzirem materiais didáticos especiais, promoverem cursos de formação continuada, treinamentos especiais em no tocante aos recursos humanos em especial a formação dos cursos de licenciatura plena incluindo-se o curso de Geografia e assim encontrarem norteamentos que levem a tão almejada inclusão em sua plenitude e totalidade.

FIGURA 06 – Mapa do Brasil em alto relevo



FONTE: Pesquisa de campo no Instituto dos Cegos, Campina Grande – PB (2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente sabe-se que a educação no Brasil, sempre fora colocado em plano secundário no que se refere aos interesses das políticas públicas nacionais, ela por sua vez encontra-se na atualidade abafada por situações complicadas de se resolver, situações estas de várias ordens, sobretudo da baixa qualidade do ensino. De tal maneira que é discutível a qualidade de ensino ofertado à maioria da população brasileira, onde tudo leva a crer que estudos analíticos que evidenciam o quadro educacional encobrem as penúrias do sistema de ensino, o que prejudica especialmente os cidadãos que devem da escola pública, principalmente os que possuem necessidades especiais.

Deveras, a realidade do ensino brasileiro nos últimos anos revela um dos impasses mais graves, marcado pela discórdia entre o que se justifica na lei e o que ocorre na prática, visto que nem todos os indivíduos em idade escolar tem lugar nos bancos das escolas no Brasil, seja pela escassez de vagas ofertadas pelas instituições de ensino ou pela defasagem de infraestrutura no tocante a capacitação dos estabelecimentos educacionais de caráter público ao acolher os alunos com necessidades educacionais especiais.

Apontando em especial para a problemática da educação especial/inclusiva, a parcela de indivíduos que dispõe dessa prestabilidade, reivindicam soluções eficazes. Observa-se que determinados critérios sem muita relevância, vem sendo colocados em prática, todavia, não o bastante para superar as carências dessa modalidade educacional.

É de fundamental importância fazer análises concretas, sobre temas consideráveis no tocante a educação especial/inclusiva para que ocorra desenvolvimentos significativos voltados ao processo de socialização dos indivíduos, erradicando de vez a exclusão daqueles considerados desprovidos de algum sentido sensorial como também de bens materiais. Negar o conhecimento ao discente tido como especial, excluindo-o da escola regular o coloca à margem da sociedade, considerando que a função do profissional docente é justamente contribuir na inserção desses indivíduos no mercado de trabalho como também na vivência comunitária.

Mesmo com o descaso com a educação em sua totalidade e incluindo principalmente a educação especial/inclusiva, por parte dos órgãos competentes somando também o despreparo do profissional docente que irá atender ao aluno com necessidades especiais nas salas de aula das escolas públicas de caráter regular em especial o professor de Geografia, deve-se considerar que esse profissional dispõe, mesmo com certas limitações, de potencialidades que são capazes de fazer a diferença nesse tão almejado processo de inclusão escolar e social, pois a Geografia é uma modalidade científica seja ela ciência ou disciplina escolar, que possui atrativos metodológicos capazes de provocar o interesse do aluno desprovido do sentido sensorial visual e de baixa visão no que se referem aos mais variados conceitos abordados pela ciência geográfica.

Incluir o discente com necessidades especiais visuais no contexto do ensino da Geografia nas escolas de caráter regular de ensino público, reforça a acessibilidade à educação que por sua vez é um direito de todos os cidadãos independente de credo, diferenças étnicas, de gênero, classe social, entre outros. Sendo assim espera-se que essa supradita pesquisa, ressalte a importância da inserção dessa modalidade de aluno no âmbito educacional das escolas públicas destacando aqui, as aulas de Geografia, buscando por vias construtivistas estratégias viáveis que possam facilitar o processo de ensino/aprendizagem para o professor de Geografia que atuará com o aluno com necessidades especiais visuais considerando principalmente a elaboração e adaptações de materiais em especial os de natureza tátil, aja visto que esses materiais foram tidos como melhores recursos encontrados no que diz respeito a assimilação de conhecimentos geográficos por parte do aluno com necessidades especiais visuais.

Consta-se que o ensino de Geografia desempenha papel relevante no tocante a inclusão escolar e o ensino/aprendizagem relacionados ao professor de Geografia e o aluno tido como especial, referindo-se ao discente com necessidades especiais visuais, pois mesmo com a limitação visual, tais alunos aliados aos materiais adaptados que são ferramentas de suma importância no tocante à produção de conhecimentos geográficos, estes alunos podem desenvolver suas atividades produzindo, apresentando, participando oralmente, enfim, provando que através de outros sentidos sensoriais, sejam

auditivos ou especialmente o tato, são capazes de assimilar e interagir no mesmo ambiente onde estão inseridos os alunos tidos como normais.

Nesse viés, este supradito trabalho apresentado é considerável, por trazer à tona essa problemática e enxergar no processo de ensino /aprendizagem dos saberes geográficos norteamentos que guiam o discente com necessidades especiais no caminho da inclusão, como também tomando parte do desafio de transformar o ensino de conceitos geográficos e cartográficos possíveis para o aluno desprovido do sentido sensorial visual, objetiva-se que a pauta levantada nessa pesquisa, possa fomentar a discussão referente a temática entre docentes e alunos em todas esferas educacionais sejam elas em âmbito especial ou regular, afim de resultados positivos no tocante a melhorias de todo processo ensino/aprendizagem na sua totalidade.

Portanto, foi nesse ponto de vista de fazer concretizar o sonho da inclusão escolar, como também social, que esse trabalho iniciou uma escalada onde o topo seria o momento em que as pessoas postas as margens da sociedade, incluindo-se aqui os estudantes com necessidades especiais visuais, revelem-se como indivíduos convictos de sua plena cidadania.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). **Cartografia Escolar**. São Paulo: Editora Contexto, 2008

BRASIL, **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases**. Disponível em:

<[Http://www.mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf](http://www.mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2008

CAIADO, Kátia Regina Moreno. **Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos**. Campinas: Autores Associados / PUC. 2003. (Coleção Educação Contemporânea)

DI SANTO, Joana Maria Rodrigues. **Centro de Referência Educacional. ESTRUTURA DO ENSINO... BREVE HISTÓRICO E CONSIDERAÇÕES**. Disponível em: <http://www.centrorefeducacional.pro.br/estruens.htm>>.

GUATEMALA, **Convenção Interamericana Para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Assembleia Geral: - 29ª. Período ordinário de sessões, tema 34 da agenda de 1999. Original em espanhol.

MACHADO; Adriana Marcondes et al. **Educação Especial em Debate**: São Paulo; Casa do Psicólogo, 1997.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér i. **Anais do III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva PUC Minas – Ações inclusivas de Sucesso**. Belo Horizonte 24 a 28 de maio de 2004

RIBEIRO, Maria Luísa Santos, **HISTORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR** São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Educação contemporânea)

SALAMANCA Conferência Mundial Sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 7-10 de junho de 1994.

SIMPÓSIO IBERO AMERICANO DE CARTOGRAFIA PARA CRIANÇAS, UERJ, 2002. Rio de Janeiro, 07 a 10 de agosto. 10p. (CD ROM)

VENTORINI, Sílvia Elena et al. **Cartografia Tátil: Elaboração de Material Didático e Cartográfico para Portadores de Deficiência Visual.** In: Anais... I

VASCONCELLOS, Regina. **A cartografia tátil e o deficiente visual: uma avaliação das etapas de produção e uso do mapa.** 1993. 268f. Dissertação (Tese de Doutorado) Departamento de Geografia da F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo, São Paulo, nov. 1993.

VYGOTSKY, Lev, Semenovich et al. **N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** Trad. Maria da Penha Villa lobo. 3. ed. São Paulo: Ícone Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Uma leitura da Educação Especial no Brasil.** In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Orgs). **Caminhos pedagógicos da Educação Especial.** 3. ed. Vozes: Petrópolis, 2005. p.19-42

APÊNDICES

QUESTIONÁRIOS

Você que faz parte dessa instituição educacional, Escola Estadual Senador Argemiro de Figueiredo - Polivalente está convidado (a) a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa para o trabalho de conclusão de curso: **A GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: o caso do aluno com necessidades especiais visuais**, responsabilidade de Evandro Raposo Sousa graduando em licenciatura plena do curso de Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O sigilo da sua identidade será assegurado, sua participação neste trabalho respondendo as questões é voluntária.

Questionário (I)

01. Identificação (informações básicas professores)

Sexo

Feminino Masculino

Idade

Formação

Cursando ensino superior, curso..... Licenciatura

formado em.....licenciatura

02. Educação Especial/Inclusiva (Aspectos Práticos e teóricos)

Participa de algum tipo de formação continuada nessa modalidade de educação?

Comente sobre:

03. Esta formação ocorre com que intervalo de tempo

Mensal Semestral Anual Outros

04. Utiliza algum tipo de material didático especializado ao ensino de alunos com necessidades especiais visuais?

Mapas em alto relevo Maquetes recursos sonoros

Textos em braile Trabalho de campo Xerox ampliada

Outros

05. Estes mencionados recursos são eficazes na aprendizagem de temáticas relacionadas à educação geográfica do aluno especial?

(Cego ou baixa visão) comente:

06. Acha importante a inserção do aluno especial na escola regular?
Justifique.

07. Quais dificuldades encontradas ao ensinar Geografia ao aluno com necessidades especiais visuais?

08. Como tais alunos são avaliados?

09. Quais metodologias são usadas ao lecionar Geografia para esse tipo de aluno?

10. O aluno com necessidades especiais visuais sente –se bem (confortável) ao interagir com outros alunos tidos como normais na sala de aula da escola regular?

Agradecemos sua contribuição para realização desta pesquisa. Atenciosamente, Evandro Raposo - Sousa
Graduando em Geografia, UEPB.

Prof.^a; Juliana Nóbrega – orientadora.

Você que faz parte dessa instituição educacional, Escola Estadual Senador Argemiro de Figueiredo - Polivalente está convidado (a) a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa para o trabalho de conclusão de curso: **A GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: o caso do aluno com necessidades especiais visuais**, responsabilidade de Evandro Raposo Sousa graduando em licenciatura plena do curso de Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O sigilo da sua identidade será assegurado, sua participação neste trabalho respondendo as questões é voluntária.

Questionário (II)

01. Educação especial/ inclusiva, (aspectos práticos e teóricos.).

Há realmente o acolhimento do aluno com necessidades especiais visuais nessa instituição?

() Sim () Não

02. Quantos alunos com necessidades especiais estão matriculados nessa instituição?

03. Esta instituição dispõe de um PPP?

() Sim () Não

04. A educação especial/inclusiva é relevada no PPP dessa instituição?
Comente.

.

05. Quais desafios enfrentados pela instituição ao trabalhar com esse público?

06. Quais as conquistas sobre educação especial/inclusiva?

.

07. Essa instituição recebe alunos especiais de outras localidades? Quais.

08. Como é organizado o currículo da escola?

09. Como o aluno dessa modalidade educativa é avaliado nessa instituição?

Agradecemos sua contribuição para realização desta pesquisa. Atenciosamente, Evandro Raposo - Sousa Graduando em Geografia, UEPB.

Prof.^a Juliana Nóbrega – orientadora.

Você que faz parte dessa instituição especial, Instituto dos Cegos de Campina Grande - PB está convidado (a) a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa para o trabalho de conclusão de curso: **A GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: o caso do aluno com necessidades especiais visuais**, responsabilidade de Evandro Raposo Sousa graduando em licenciatura plena do curso de Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O sigilo da sua identidade será assegurado, sua participação neste trabalho respondendo as questões é voluntária.

Questionário (III)

Informações básicas

Educação especial/inclusiva (Aspectos práticos e teóricos)

1. Existe o acolhimento do aluno com necessidades especiais visuais por parte da Escola Pública Estadual Senador Argemiro de Figueiredo?
 Sim Não

2. Quantos alunos estão matriculados nessa mencionada escola?
 (Polivalente)

3. Qual a faixa etária desses alunos?

4. Quantos meninos?.....
 Quantas meninas?.....

5. Este vínculo entre o Instituto dos Cegos e a escola pública, como também a inserção do aluno com necessidades especiais visuais existe desde quando?

6. Você julga importante a aproximação da escola regular com a escola especial e com isso a inclusão do aluno especial nas instituições regulares?

7. Existe algum profissional habilitado em geografia nessa instituição? (Instituto dos cegos) se sim, qual sua opinião a respeito do aproveitamento dos conceitos geográficos pelos alunos com necessidades especiais visuais na sala de aula da escola regular?

8. Na sua opinião, é importante a utilização de recursos didáticos especiais (mapas em alto relevo, maquetes, aparelhos auditivos, xerox ampliada, textos em braile,) pelo professor ao ensinar geografia para alunos com necessidades especiais visuais na sala de aula da escola regular?

9. Você acha fundamental a formação continuada em educação especial para o professor de Geografia que irá atuar com essa modalidade de aluno inserido na escola regular?

Agradecemos sua contribuição para realização desta pesquisa. Atenciosamente, Evandro Raposo - Sousa Graduando em Geografia, UEPB.

Prof.^a; Juliana Nóbrega – orientadora.